

O INTERNACIONALISMO EM QUESTÃO: rede de solidariedade em jornais e cadernos do MST (1984-1986)

Fernando Perli

Doutor em História – UNESP/Assis
Docente do curso de História – UFGD

RESUMO: O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se definiu mediante estratégias políticas que articularam um movimento social com abrangência nacional. Nos debates que arregimentaram movimentos sociais rurais de várias regiões do Brasil, os meios de comunicação do MST contribuíram para intensificar contatos, experiências e identidades políticas. O presente artigo propõe analisar, a partir dos jornais e cadernos do MST, a construção de uma rede de solidariedade que colocou em pauta, num período de definições organizativas do MST, o internacionalismo da luta pela terra.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; meios de comunicação; internacionalismo.

ABSTRACT: The Movement of Landless Rural Workers (MST) was defined by political strategies that articulated a social movement with national coverage. In the discussions that rallied rural social movements in various regions of Brazil, the media MST helped to intensify contacts, experiences and political identities. This article proposes to analyze, from newspapers and books MST, building a network of solidarity that put on the agenda, a period of organizational settings of the MST, the internationalism of the land struggle.

KEYWORDS: Movement of Landless Rural Workers; media; internationalism.

Introdução

Em *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, Pierre Bourdieu (1998: 77) considerou como um dos objetivos dos movimentos sociais contemporâneos a invenção de novas formas de ação simbólica ante a expansão dos meios de comunicação. Ao se ater no espaço social ocupado pela televisão e a tomando como referência para se pensar a influência da mídia no século XX, o sociólogo francês apontou que palavras inocentes, como “aldeia planetária” e “mundialização”, foram incutidas como inevitáveis no percurso das sociedades, dando sentidos de “fatalismo e submissão”. Recorrendo ao livro de Patrick Champagne, *Faire l’opinion* (1993), Bourdieu propôs o combate à incursão midiática e aos intelectuais da mídia, na medida em que não era mais concebível a condução das lutas sociais sem definir estratégias específicas “com e contra” os meios de comunicação.

O que chama atenção em *Contrafogos* é a importância dada à reinvenção do internacionalismo de movimentos sociais, apropriado e deturpado pelo imperialismo soviético (BOURDIEU, 1998: 79). As forças econômicas que construíram discursos de abrangência mundial contracenaram com o vazio das lutas sociais internacionais, o que fez emergir como pauta nos movimentos sociais novas teorias e ações práticas de embate aos mecanismos de difusão de dominações simbólicas. Nesta tensão política, um “novo internacionalismo” deveria ser construído, num primeiro momento, a partir das organizações sindicais que, por questões corporativas, possuíam uma tradição política de subordinação aos interesses do imperialismo soviético e se definiam como estruturas de forte apego nacional. Em suma, como os movimentos sociais, assessorados por sindicatos agregados à políticas de interesses nacionais, poderiam romper fronteiras para atuar num plano internacional?

Estas considerações são relevantes para se pensar a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Sua trajetória de organização foi marcada por projetos políticos que se expandiram com novas concepções de espaço de luta, das mobilizações locais de trabalhadores rurais sem-terra, transformadas numa proposta de consolidação nacional do MST, que se articulou com movimentos sociais de outros países, desenvolvendo um internacionalismo político no final do século XX.

Ocupando papel relevante na produção discursiva do MST e na articulação de trabalhadores rurais sem-terra com movimentos sociais de outros países, o *Jornal Sem Terra* e os *Cadernos de Formação* se tornaram mecanismos de difusão de representações e de fortalecimento dos contatos políticos, na medida em que foram distribuídos para leitores, simpatizantes, grupos políticos que se identificaram com os projetos de luta pela terra, socializando informações, fortalecendo a memória de movimentos sociais rurais, confluindo interesses e expectativas de ações.

Partindo destas questões, o que se sugere neste artigo é uma análise da articulação política do MST com organizações camponesas, em especial, da América Latina, entre 1984 e 1986, considerando posições e representações de lideranças sem-terra e agentes de apoio publicadas em materiais impressos do movimento social. A delimitação temporal se justifica por se tratar de um momento de definições organizativas do MST em nível nacional e das perspectivas de contatos com mobilizações camponesas de outros países. Vale mencionar que as demandas do MST neste período foram caracterizadas por temas nacionais e pela construção de uma política internacionalista que formou a Via Campesina, movimento social internacional fundado no início da década de 1990.

Jornais e Cadernos na consolidação nacional do MST

A relação entre movimentos sociais e meios de comunicação suscita inúmeras possibilidades de pesquisa histórica. O trato da imprensa pelos historiadores, seja como fonte ou objeto de estudo, permite analisar lugares e funções sociais, técnicas de impressão, materialidade dos impressos, conteúdo e composição, publicidade, público-alvo, produção discursiva, inserções e condições dos idealizadores. (LUCA, 2005:131-141).

O estudo de impressos na organização dos trabalhadores rurais sem-terra merece um esforço de compreensão das relações de diversos atores políticos na produção de representações que configuraram o MST. O que se percebe na elaboração de meios de comunicação voltados para militantes e simpatizantes de movimentos sociais é o papel assumido por entidades de apoio. Um exemplo foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que consolidou sua representatividade junto aos movimentos sociais rurais com o lançamento de boletins e pequenos jornais em diferentes regiões do Brasil. Uma multiplicação de jornais sindicais e de assessoramento à movimentos populares, na transição da década de 1970 para 1980, foi apoiada materialmente pela Igreja Católica, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e por diversas entidades da sociedade civil.

Tais publicações fizeram parte de um contexto marcado pela eclosão de movimentos sociais de contestação à estrutura fundiária do país. Em meio às políticas isoladas de organização de trabalhadores rurais, entidades civis que apresentavam propostas de atuação contra a ditadura militar lançaram apoio à reforma agrária, o que contribuiu para a articulação que formou o MST.

Além da CPT, o Movimento de Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH-RS), a Pastoral da Juventude (PU) de Porto Alegre (RS), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) vinculados à CUT e o Partido dos Trabalhadores (PT) se envolveram com as mobilizações de trabalhadores rurais sem-terra, o que demonstra a riqueza de atores políticos neste processo e o quanto temas sociais sensibilizaram diversos setores da sociedade brasileira na crise da ditadura militar e na configuração da Nova República.

A relação destas entidades se fortaleceu a partir das reivindicações de trabalhadores rurais sem-terra que organizaram acampamentos nos municípios de Ronda Alta (RS) e Sarandi (RS), tendo como referência o acampamento da *Encruzilhada Natalino*, montado em 1981, considerado um dos marcos das origens do MST. A atuação destas entidades no acampamento foi caracterizada por constantes assembleias que contaram com a orientação

de padres, universitários e advogados. Em reuniões foram discutidas estratégias para sensibilizar a sociedade civil, o que deu origem ao *Boletim Sem Terra*.

O papel do informativo na formação do MST, além de noticiar questões referentes à reforma agrária, foi de agregar mensagens de simpatizantes, de direções de entidades sindicais, religiosas e políticas de várias regiões do Brasil em apoio aos acampados de Ronda Alta (RS). As cartas de apoio foram publicadas na seção “Solidariedade”, destinada a divulgar mensagens vindas de variados pontos do Brasil, desde pequenas frases até detalhes do que haviam recebido de entidades ou trabalhadores rurais identificados com a causa dos sem-terra. Em grande quantidade e sintetizadas, as mensagens de apoio eram vistas pelos responsáveis do boletim como uma alternativa eficaz, importante para a manutenção de grupos que propunham ocupar outras terras. Além do caráter pessoal e sentimental, as cartas tornaram-se um elemento aglutinador dos trabalhadores rurais, pois também simbolizavam o tamanho do apoio e o crescimento da luta de agricultores sem-terra. A divulgação criou uma rede de solidariedade entre manifestações regionais pela reforma agrária na medida em que produziu uma identidade influenciada pelo ideário cristão, cuja presença da CPT somou-se à emergência de lideranças de acampados, que defendiam um projeto de autonomia através da formação de um movimento social que arregimentasse lutas regionais pela terra eclodidas no centro-sul do Brasil. (BOLETIM SEM TERRA, 1983, n.19).

O *Boletim Sem Terra*, além de tornar-se um importante instrumento para a espacialização da luta pela terra e a configuração política do MST no Brasil (FERNANDES, 2000), emergiu como um “campo simbólico”, para usar a expressão de Bourdieu (2001), em que a eficácia residia na possibilidade de ordenar o mundo social através de discursos, mensagens e representações que simulassem a estrutura real das relações sociais. Percebe-se que a busca de participação de lideranças sem-terra em sindicatos e partidos políticos encontrou no meio de comunicação uma estratégia para divulgar ações, como também, um campo de tensões entre jornalistas, religiosos e as próprias lideranças de trabalhadores rurais. (BOURDIEU, 2000, p.143).

Tais tensões se estenderam para um espaço de luta pelo monopólio da autoridade sobre a produção e divulgação de textos, o que resultou, em 1983, na fundação do Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), uma Ong para atuar na educação popular e na organização de movimentos populares, que contou com a participação de estudantes, religiosos e diversos profissionais com inserção orgânica em movimentos sociais, dentre os quais, militantes e jornalistas que já contribuía com o *Boletim Sem Terra*.

O CAMP integrou um projeto mais amplo de atuação política que consistiu no apoio financeiro de agências de cooperação internacional agregado a parcerias com universidades, Ong's, governos e outras entidades. As condições profissionais destes jornalistas eram variáveis, pois alguns se dedicavam quase integralmente à produção do boletim e eram subsidiados pelo CAMP, como Fladimir Araújo e Humberto Monteiro. Outros, além de receberem pelo trabalho de freelancer junto ao Centro de Educação Popular, exerciam profissões em jornais de Porto Alegre (RS) e de suas regiões, como também atividades na área de Educação. De maneira geral, estes produtores eram recém-formados que agregaram à militância apoio aos trabalhadores rurais sem-terra e o combate ao regime autoritário.

O apoio dado pelo CAMP à projetos envolvendo movimentos sociais regionais incentivou lideranças na discussão de temas relativos à organização popular, o que articulou trabalhadores rurais para o *I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, realizado na cidade de Cascavel (PR), em janeiro de 1984, que oficializou o MST. Além de simbolizar a unificação das lutas regionais, discutir temas relacionados à formação do movimento social, sua denominação, organização interna e perspectivas de ação, o encontro idealizou o *Boletim Sem Terra* como um órgão de “*divulgação forte, amplo*”, que deveria atingir todo o país (JORNAL SEM TERRA, 1984, n. 36).

A projeção do movimento social para um plano de atuação nacional incentivou a transformação do boletim em tabloide, com maior tiragem e distribuição ambiciosa. O crescimento do sindicalismo combativo dentro do MST por meio de disputas e conquistas de direções de sindicatos de trabalhadores rurais, acompanhado pela filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) de lideranças sem-terra que buscavam projeções em eleições municipais, construiu uma aliança política que influenciou a mudança da Secretaria Nacional do MST de Porto Alegre (RS) para São Paulo (SP), criando novas condições para a produção do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Cada vez mais distante das entidades de apoio e vinculado à direção nacional do MST, o jornal foi entendido como porta-voz do movimento social. A equipe de produção ficou instalada no Instituto Sedes Sapientiae e agregou novos jornalistas e colaboradores, traduzindo mudanças internas.

Mais do que noticiar a realidade dos sem-terra e divulgar cartas de leitores que apoiavam a luta pela reforma agrária, o que estava em pauta era a consolidação de um movimento frente às questões de interesse nacional, como o pacto social, o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e a Assembleia Nacional Constituinte. Demandas de materiais que tratassem da organização interna do MST e de sua inserção em debates mais amplos

surgiram em cursos de capacitação de quadros políticos. Faltava um material mais sistematizado, com desempenho didático, que pudesse tocar em assuntos pertinentes às reuniões de lideranças de acampamentos e assentamentos. Destas reivindicações surgiram os *Cadernos de Formação* com o objetivo de contribuir para o assessoramento teórico na formação de quadros. O primeiro foi lançado em fevereiro de 1984 na cidade de Porto Alegre (RS), composto por textos escritos por lideranças sem-terra, sindicalistas, religiosos e intelectuais.

O MST, marcado por ações e representações que revelaram uma identidade entre os sem-terra e agentes de apoio, definiu novas estratégias de luta. Neste acúmulo de experiências, para usarmos Edward P. Thompson, “*homens sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus*” (THOMPSON, 1987:10). No contexto de construção de uma identidade sem-terra, os *Cadernos de Formação* ocuparam uma função social de elaboração de conceitos e agendas políticas próprias, com reconhecimento da direção nacional do MST. Com uma estruturação e distribuição interna de conteúdo baseadas em textos mais encorpados sobre a organização política do movimento camponês, geralmente entremeados por ilustrações que retratavam um padrão de comportamento dirigido aos sem-terra, os *Cadernos* abordaram, dentre vários assuntos, os princípios organizativos, a história da luta pela terra, questões relacionadas ao PNRA, a reforma agrária na Assembleia Constituinte e a relação Igreja – Sindicato – MST, esta última muito bem tratada nos *Cadernos de Formação* nº 8.

A publicação dos *Cadernos* também tinha como função aproximar bases e lideranças sem-terra. A prática cotidiana dos sem-terra em diferentes pontos de mobilização do país, seja em acampamentos, assentamentos, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ou sindicatos, era identificada por lideranças sem-terra e dirigentes sindicais como um obstáculo na construção de um movimento de massas. Isso decorria da resistência de muitos sem-terra em realizarem leituras sugeridas nas reuniões locais. Nesses encontros, além da constatação e resolução dos problemas de acampamentos e assentamentos, difundiam-se deliberações e conceitos da organização do MST.

Em seus números iniciais, os *Cadernos de Formação* foram produzidos em locais que se estabeleciam entidades colaboradoras. As influências políticas exercidas por lideranças sem-terra dentro de STR's, da CPT e nas parcerias com o CAMP, fizeram destas entidades os principais fornecedores de recursos para a publicação das cartilhas. (STÉDILE; FERNANDES, 1999: 87).

Não obstante a publicação ser responsabilidade da direção nacional do MST, os cooperadores assumiram a produção de acordo com seus interesses temáticos, decidindo os assuntos considerados importantes para a formação de quadros em determinados momentos organizativos.

Assim, os primeiros fascículos tiveram entidades colaboradoras e serviços de impressão pulverizados. Isto ficou retratado por *Cadernos* patrocinados ora por entidades católicas, como a CPT e a Pastoral da Juventude Rural (PJR); ora pelas próprias instâncias organizativas do MST, como a Coordenação Nacional e a Comissão Nacional dos Assentados que já possuíam arrecadações junto a Ong's, assentamentos e cooperativas agrícolas do movimento social.

Nas páginas do *Jornal Sem Terra* e dos *Cadernos de Formação*, o MST foi divulgado pela direção nacional “como uma articulação de lavradores dentro do movimento sindical”. Essa autodenominação não apenas consumou a posição de embate frente a grupos político-partidários e entidades civis considerados conservadores, mas representou o vínculo do movimento social com o sindicalismo filiado à CUT (JORNAL SEM TERRA, 1985: n.48).

Paralelo aos desafios da organicidade interna, diversos agentes políticos que prestaram apoio aos sem-terra, mantinham relações políticas internacionais, tendo em vista seus projetos sociais e políticos estarem integrados às estruturas de fomento externas. Estas relações conduziram o MST para um debate que se tornou promissor: a troca de experiências com movimentos camponeses de outros países.

A comunicação do MST e o internacionalismo em questão

O internacionalismo político na pauta do MST, embora pareça presente apenas na década de 1990 com a influente participação na organização da Via Campesina, foi tema marcante nas articulações políticas que antecederam a própria fundação do movimento social.

Tais ações políticas são explicadas a partir do envolvimento dos sem-terra com entidades civis e religiosas que desenvolviam debates em nível internacional, seja pela estrutura, como da Igreja Católica, que tinha contatos com projetos de integração em países europeus, seja pelo apoio financeiro, como Ong's que, para prestarem contas junto às agências financiadoras de projetos sociais, deslocavam integrantes para os países de origens dos recursos. Estes contatos levaram lideranças sem-terra a participarem de encontros políticos na Europa e em países da América Latina. Além da presença de

lideranças em congressos, ficou notória a importância do internacionalismo para o crescimento do MST nas notícias do *Jornal Sem Terra* e nas abordagens teóricas dos *Cadernos de Formação*.

Correspondências de entidades e simpatizantes de outros países foram divulgadas através do jornal, ampliando as relações políticas e fortalecendo uma rede de solidariedade entre variados movimentos sociais. Além disso, o tabloide passou a ser distribuído no exterior, divulgando as ações dos sem-terra e despertando interesse de leitores e grupos políticos estrangeiros. Os *Cadernos de Formação* também valorizaram o internacionalismo ao recorrer com frequência às experiências de movimentos sociais da América Latina, defendendo métodos organizativos em cursos de capacitação baseados na revolução sandinista nicaraguense.

As ações de entidades sindicais e religiosas para promover um intercâmbio entre líderes de movimentos sociais rurais e urbanos de vários países encontraram no *Jornal Sem Terra* um elemento de divulgação e incentivo desta prática política. Para o padre Arnildo Fritzen, religioso com participação relevante no movimento desde a *Encruzilhada Natalino* e um dos precursores de contatos com entidades sociais de outros países, o aumento da rede de apoios poderia dar mais experiência às lideranças sem-terra e contribuir para a consolidação do MST.

Em 1984, Darci Maschio, integrante da Comissão Estadual do MST no Rio Grande do Sul, marcou presença no *Encontro de Lavradores Latino-Americanos*, na cidade de Lima, no Peru. Antonio Campigotto, um dos mais destacados líderes da *Encruzilhada Natalino* e então integrante da Comissão Nacional, juntamente com o padre Arnildo Fritzen, viajaram para a Alemanha e participaram de encontros com trabalhadores rurais, entidades de direitos humanos, igrejas e sindicatos. O lavrador Agnor Bicalho Vieira, de Santa Catarina e também integrante da Comissão Nacional, representou o MST no *Encontro Internacional de Trabalhadores*, na cidade do México, promovido pela Coordenadoria Nacional do Plano de Ayala (CNPA), com a presença de representantes de todos os países da América Latina e de alguns países europeus.

Destas visitas, as propostas de intercâmbio cresceram e no *I Congresso Nacional do MST*, realizado em Curitiba (PR), no mês de janeiro de 1985, compareceram representantes estrangeiros. Contando com a presença de lavradores do Peru, Equador, México e Bolívia, o Congresso abriu espaço para a troca de experiências, com o objetivo de firmar laços de solidariedade para enfrentar o que os trabalhadores rurais consideraram “*inimigos comuns: o FMI, a política norte-americana e os latifúndios*” (JORNAL SEM TERRA, 1985: n. 44).

Pierre Bourdieu (2001), ao analisar o internacionalismo a partir das origens do que denominou “*movimentos sociais novos*”, percebeu que a possibilidade distintiva e comum entre eles, era a “*exaltação a solidariedade*”, princípio da maioria das lutas, rurais e urbanas, organizadas na América Latina. Tal característica estava presente nesses movimentos, tanto no exercício de suas ações como nas próprias formas de organização. Diante da denúncia aos “*inimigos comuns*” dos lavradores latino-americanos e da apresentação de questões individuais e coletivas que constituíam o universo dos cerca de 1500 sem-terra que participaram do Congresso, foi colocado um problema característico da articulação do internacionalismo: a delimitação dos níveis de ação política em esferas local, nacional e mundial.

Novas exigências de simpatizantes e entidades internacionais desafiavam a distribuição do *Jornal Sem Terra*. Além das dificuldades do tabloide chegar às bases da luta, o envio para outros países soava como muita pretensão. Mas eram das reivindicações de leitores que se atestavam formas para enviar o jornal para o exterior, neste caso, através da correspondência postal. Exemplo deste perfil de leitor pode ser retratado com o padre Walter José Brito Pinto. Ao mudar para a cidade de Roma, na Itália, o religioso trabalhou no setor brasileiro da Rádio Vaticano, onde divulgou o *Jornal Sem Terra* como um importante instrumento de comunicação “*a favor dos oprimidos*”. Mediante uma carta, padre Walter escreveu que queria continuar recebendo o tabloide, pois dizia ser um “leitor assíduo” e defensor da causa dos sem-terra. Ao agradecer o interesse de tão longa distância, a equipe do jornal providenciou o encaminhamento do informativo ao novo endereço do leitor (JORNAL SEM TERRA, 1987: n.63).

Aos apoios individuais e de entidades solidárias à luta dos sem-terra somaram-se relações políticas além das fronteiras nacionais. Os primeiros contatos de instituições de outros países voltadas para a organização da classe trabalhadora, do campo ou da cidade, retratavam a repercussão que o MST estava tomando no exterior. Redes de solidariedade antes enrijecidas pela aproximação de ideias e projetos de movimentos regionais teciam as primeiras relações que deram à luta dos sem-terra um significado internacional.

Em 1986, isso ficou claro em correspondências como a de Umberto Giordano-Abano Terme, de Padova-Itália, representante da Confederazione Italiana Sindacato Lavoratori (CISL). Para Terme, era desejo dos integrantes da CISL “*receber o jornal para poder dar divulgação nos periódicos ‘Brasile Informazione’*” (JORNAL SEM TERRA, 1986: n. 50). Também da Itália, cidade de Lecce, Giovani Di Miscia contatou o *Jornal Sem Terra* para estabelecer troca de informações e experiências entre o MST e a Associazione

Controinformazione Terzo Mondo (CTM), entidade integrada ao Servizio Internazionale Volontario (SIV).

Agregando uma rede de instituições cristãs italianas de solidariedade ao “terceiro mundo”, o SIV despertou interesse pelo trabalho de mobilização dos sem-terra no Brasil e, ao manter os primeiros contatos, abriu perspectivas para uma ampla relação do *Jornal Sem Terra* e do MST com entidades sociais italianas. Para Di Miscia:

[...] abrimos há pouco ao público um centro de estudos e documentação sobre os problemas do terceiro mundo. Para poder oferecer um serviço de informação o mais amplo possível, estamos interessados em receber o vosso jornal. Agradecemos desde já a atenção e desejamos um bom trabalho (JORNAL SEM TERRA, 1985: n. 44).

A CTM foi ativada em 1982 para promover um programa de cooperação de informação e documentação sobre problemas do desenvolvimento e marginalização social no mundo. Para tanto, sua atuação na América Latina estava sendo fortalecida com projetos de solidariedade aos movimentos sociais rurais e urbanos. Data deste período a inserção do tema América Latina na composição do *Jornal Sem Terra*. Tal enfoque também foi decorrente dos contatos de lideranças sem-terra com lavradores de outros países, cujo tabloide não deixou de noticiar.

Encontros internacionais de organizações camponesas de vários países da América Latina tornaram-se frequentes. Engajamento que merece nossa atenção foi o das mulheres sem-terra. Após realizarem o *I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural*, em novembro de 1986, na cidade de São Paulo (SP), além de defenderem, como era de se esperar, uma maior participação das mulheres nas decisões do MST, lideranças femininas confirmaram e teceram relacionamentos promissores com organizações camponesas latino-americanas. Este foi o exemplo da participação das lideranças sem-terra Margarete Santim e Maria Izabel Grein, de Santa Catarina, e de Luci Piovezan, do Rio Grande do Sul, no *I Encontro Nacional da Mulher Rural do Chile*, em julho de 1986, realizado na cidade de Punta del Tralca. Para Izabel, a viagem ao Chile foi importante para a aquisição de experiência, o que permitiu comparar as discussões, demandas e problemas enfrentados pelos camponeses chilenos com os vivenciados pelos trabalhadores rurais do Brasil, acrescentando que o Chile passava pela repressão de Pinochet (JORNAL SEM TERRA, 1985: n. 55).

Afora identificarem-se com a causa das camponesas chilenas, as representantes brasileiras agregaram à organização das mulheres sem-terra uma gama de experiências

políticas e culturais de outros países, promovendo uma sociabilidade que rendeu a ampliação da divulgação do MST na América do Sul e, em contrapartida, da Comissão Nacional Campesina (CNC) do Chile no *Jornal Sem Terra*. Com a frase “*Organicemonos y defendamos nuestros derechos*”, o material publicitário integrou as páginas do tabloide, contribuindo para a divulgação de uma rede de solidariedade internacional com os movimentos camponeses da América Latina.

A ampliação da rede de contatos entre MST e movimentos sociais rurais da América Latina ganhou destaque em cursos de capacitação de quadros de trabalhadores rurais sem-terra. Na organização de *Cadernos de Formação*, temas como assessoria popular, sindicalização e cooperação agrícola foram apresentados a partir de perspectivas que envolveram experiências campesinas em países latino-americanos. Um exemplo da influência de movimentos sociais rurais da América Latina nas definições organizativas do MST foi o *Caderno de Formação* nº 7, intitulado “*Ações de Massa*”.

A cartilha resultou das aulas de formação política que Ranulfo Peloso, educador popular e militante do STR de Santarém (PA), aplicou com o apoio da CPT, do Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), e do projeto de pedagogia popular do MST, em dezembro de 1984, na cidade de São Paulo (SP). O sindicalista ficou conhecido por defender a mobilização de massas através da organização de um movimento social nacional que pudesse, inclusive, realizar diálogos e articulações com organizações camponesas e entidades solidárias de outros países (STÉDILE; FERNANDES, 1999:49).

Apostando que as questões levantadas nos cursos de Peloso contribuiriam para uma melhor compreensão da história e organização dos sem-terra, integrantes da Secretaria Nacional do MST produziram o *Caderno* em estilo metódico para o trabalho de massas, cuja proposta baseava-se em princípios organizativos do sandinismo nicaraguense (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1985: n.7).

Referindo-se ao fluxo de informações no MST como uma estratégia para consolidar princípios organizativos nas bases da militância, Peloso descreveu:

Impulsionar significa difundir mais a linha revolucionária entre os quadros médios e de base, nos setores mais avançados e nos mais atrasados. Impulsionar significa desenvolver uma moral e uma disciplina sandinista, quer dizer uma mística revolucionária entre os membros da organização de massas (CADERNO DE FORMAÇÃO, 1985: n. 7).

As citações sobre o “*trabalho sandinista de massas*” amparavam-se em movimentos camponeses nicaraguenses, como a Asociación de Trabajadores del Campo (ATC), a

Juventudes Empreendedoras Rurales (JER) e a Asociación de Mujeres Nicaraguenses “Luiza Amanda Espinoza” (AMNLAE), que mantiveram contatos com lideranças sem-terra.

A ATC, em carta publicada pelo *Jornal Sem Terra*, defendia a “*unidade e solidariedade internacional*” entre movimentos sociais rurais. Um de seus pontos de combate era o financiamento feito pelo governo dos Estados Unidos aos denominados “*mercenários*” contrários ao sandinismo.

Nós trabalhadores do campo da Nicarágua, reafirmamos que nossa firme e inquebrantável decisão de ser livres e independentes, responde à doutrina latino-americana, à doutrina de Bolívar, de Martí e de Sandino, na qual estamos resgatando e que os Estados Unidos pretende apresentar como antidemocrática e agressora (JORNAL SEM TERRA, 1985: n.44).

Num sentido geral, os princípios que norteavam essas associações rurais era o combate aos latifundiários e a promoção de uma revolução camponesa. Os exemplos de aproximação da direção nacional do MST com a situação política da Nicarágua não eram novos e se estendiam para outros países da América Latina, como El Salvador, Paraguai, Bolívia e Chile. O *Jornal Sem Terra* publicou temas relacionados às doutrinas de libertação da América Latina tomando como base o bolivarismo e o sandinismo. Foram retratadas as ameaças de invasão dos norte-americanos, a ação de grupos contrarrevolucionários e a importância da solidariedade de movimentos sociais de outros países a favor da democracia (JORNAL SEM TERRA, 1985: n. 48).

Em suma, as representações políticas tecidas na organização do MST, difundidas e fortalecidas com a publicação e distribuição do *Jornal Sem Terra* e dos *Cadernos de Formação*, devem ser entendidas como construções da realidade da luta dos sem-terra amparada por ativistas, intelectuais, advogados, jornalistas, sindicalistas e religiosos. A partir do envolvimento destes agentes de apoio ao movimento social, a mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra, além de se definir pelas mobilizações de ocupação de terra, produção agrícola e resistência política, foi dimensionada pela ampliação dos laços de solidariedade entre movimentos sociais de outros países.

Experiências compartilhadas marcaram a formação e consolidação do MST em âmbito nacional e demonstraram que as estratégias de ação política não subestimaram a luta pela comunicação. Os debates que surgiram para estruturar ações políticas que reivindicaram reforma agrária e melhores condições de trabalho no campo se estenderam para outras formas de articulações caracterizadas pela construção de um movimento social em rede. A identificação entre diversos movimentos sociais gerou novas demandas que deu

visibilidade ao MST perante o mundo e deixou transparecer que a luta pela terra estava fortemente vinculada ao jogo político de produção e circulação de notícias e representações.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *O poder simbólico*. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- _____. *O poder da identidade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CHAMPAGNE, Patrick. *Faire l'opinion*. Paris: Minuit, 1990.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111 – 153, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MST. *Boletim Sem Terra* (nº. 1, 2 e 19). Porto Alegre, 1981 – 1983.
- _____. *Caderno de Formação* (nº. 1, 8, 7 e 8). São Paulo, 1984 – 1986.
- _____. *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* (nº. 36, 44, 48, 50, 55 e 63). São Paulo, 1984 – 1987.
- STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- WENDHAUSEN, Henrique. *Comunicação e mediação das ONGs: uma leitura a partir do canal comunitário de Porto Alegre*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Recebido em: 15/03/2013

Aprovado em: 05/06/2013